

Energia

2ª Edição | 2026

Este boletim é um informativo da
área de **Infraestrutura e Energia**
de TozziniFreire Advogados.

ANEEL abre consulta pública para aprimoramento do PRORET

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou, em circuito deliberativo realizado em 31 de março de 2026, a abertura da Consulta Pública nº 003/2026, com o objetivo de receber contribuições para o aprimoramento dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que disciplinam aspectos centrais da regulação econômica das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

A iniciativa busca avaliar ajustes metodológicos e regulatórios aplicáveis ao PRORET, de modo a assegurar maior clareza normativa, aderência à realidade do setor elétrico e coerência com a evolução do modelo regulatório, especialmente no contexto das revisões e dos reajustes tarifários.

As contribuições deverão ser encaminhadas por intercâmbio documental, nos termos e prazos definidos pela ANEEL, e subsidiarão futura deliberação da Diretoria Colegiada sobre eventuais alterações nos procedimentos vigentes.



ANEEL adia definição sobre armazenamento de energia e mantém debate sobre tarifa dupla

A Diretoria da ANEEL prorrogou, em circuito deliberativo realizado em 31 de março de 2026, o prazo de vista da CP nº 39/2023, adiando novamente a regulamentação dos Sistemas de Armazenamento de Energia Elétrica (SAE).

As leituras distintas dos Diretores acerca da extensão dos efeitos da Lei nº 15.269/2025, especialmente no que se refere ao rompimento da equiparação funcional obrigatória entre o modelo de outorga do SAE autônomo

e o regime de Produção Independente de Energia, orientou o debate acerca da cobrança de tarifa de uso da rede na importação e na exportação de energia (dupla tarifa).

Também houve divergência quanto ao limite de flexibilização da contratação de MUST/MUSD para os casos de SAE colocalizado.

A ANEEL, por unanimidade dos diretores, decidiu conceder prazo adicional de 30 dias para a apresentação do voto-vista.

Nova etapa da PNAST: MME coloca em consulta pública diretrizes para o Acesso ao Sistema de Transmissão

O Ministério de Minas e Energia (MME) submeteu à consulta pública (CP MME nº 217/2026), em 2 de março de 2026, a minuta de Portaria que define as diretrizes para a implementação das Temporadas de Acesso da Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST), instituída pelo Decreto nº 12.772/2025.

A proposta operacionaliza um novo modelo de acesso à Rede Básica do SIN, substituindo gradualmente a ordem de chegada por

análises em lote, com critérios técnicos e, quando necessário, processos competitivos.

A iniciativa busca otimizar o uso da infraestrutura de transmissão, aumentar a previsibilidade para investidores, reduzir riscos regulatórios e aprimorar o planejamento da expansão do sistema elétrico, sendo acompanhada de Análise de Impacto Regulatório (AIR).

A consulta pública para esta etapa foi encerrada em 2 de abril.

Leilões de Capacidade contratam mais de 19 GW em março, reforçando segurança do SIN

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizaram, em 20 de março de 2026, o 3º Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), na sede da CCEE, em São Paulo. Após três rodadas de negociação, o certame resultou na contratação de 501,321 MW, provenientes de seis usinas termelétricas movidas a óleo combustível, óleo diesel e biodiesel, com prazos contratuais de três anos.

Os produtos contratados preveem entrega de potência entre 2026 e 2030 e apresentaram economia estimada de R\$ 1,83 bilhão, correspondente a um deságio médio de 50,14%. No produto POTT-2026, foram selecionados três empreendimentos localizados nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, com usinas a óleo combustível e óleo diesel. O POTT-2027 teve uma empresa vencedora, com usina a óleo diesel, enquanto o POTT-2030 contou com dois vencedores, ambos com usinas a biodiesel.

O 3º LRCAP teve como objetivo a contratação de potência proveniente de termelétricas, no âmbito dos Leilões de Reserva de

Capacidade, que visam reforçar a segurança e a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). A condução do certame coube à ANEEL, com operacionalização da CCEE.

Na mesma semana, em 18 de março de 2026, também foi realizado o 2º Leilão de Reserva de Capacidade, que resultou na contratação de energia gerada por usinas hidrelétricas e termelétricas a gás natural e carvão mineral, igualmente na sede da CCEE, em São Paulo. O 2º LRCAP contratou 18,97 GW de potência, majoritariamente de usinas termelétricas a gás natural. Os investimentos estimados somam R\$ 64,5 bilhões, com fornecimento entre 2026 e 2031, e o certame registrou deságio de 5,52%, resultando em economia estimada de R\$ 33,64 bilhões. O leilão teve como objetivo reforçar a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Mais informações sobre os leilões [aqui](#).

ANEEL conclui o primeiro leilão de transmissão de 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou, em 27 de março de 2026, o Leilão de Transmissão nº 1/2026, na sede da B3, em São Paulo. O certame integrou a agenda anual de expansão da infraestrutura de transmissão e teve como objetivo a contratação de empreendimentos destinados à construção e manutenção de linhas de transmissão, instalações de transformação e equipamentos associados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O leilão ofertou cinco lotes, contemplando a implantação de aproximadamente 798 km de linhas de transmissão e a ampliação de cerca de 1.950 MVA em capacidade de transformação em subestações, além da instalação de compensadores síncronos. Os investimentos estimados somam cerca de R\$ 3,3 bilhões, com expectativa de geração de mais de 8 mil empregos diretos e indiretos ao longo da implantação dos empreendimentos. Os projetos estão distribuídos por 11 estados e possuem prazos de conclusão que variam entre 42 e 60 meses, a depender da complexidade das obras.

A realização do Leilão de Transmissão nº 1/2026 ocorre em um contexto de intensificação dos esforços voltados à expansão e ao reforço da rede básica, em linha com o crescimento da geração renovável, da demanda por grandes cargas e das diretrizes recentes

de modernização do acesso ao sistema de transmissão. Os empreendimentos vencedores estarão sujeitos às obrigações regulatórias e contratuais usuais, incluindo cronogramas de implantação, requisitos técnicos e condições de manutenção dos ativos.



WACC regulatório atualizado para 2026, com impacto direto em tarifas e investimentos

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 4 de março de 2026, a atualização anual da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC regulatório), aplicável aos processos de revisão tarifária dos segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica a partir de 1º de março de 2026.

Para o novo ciclo, o WACC real após impostos foi definido em 8,10% para distribuição e 8,00% para transmissão e geração, enquanto o WACC real antes de impostos ficou em 12,28% e 12,11%, respectivamente. Em relação ao ciclo anterior, houve um

aumento de 0,07 ponto percentual em distribuição e de 0,11 ponto percentual em transmissão e geração.

O WACC regulatório é um dos principais parâmetros econômicos do setor elétrico, pois define a remuneração dos investimentos prudentes reconhecidos nas tarifas, influenciando diretamente o nível tarifário, o equilíbrio econômico-financeiro das concessões e a sinalização de investimentos para expansão e modernização da infraestrutura.

Mais informações [aqui](#).

Projeto de R\$ 17 bilhões em transmissão para destravar renováveis e reduzir perdas

O Governo Federal avançou na estruturação de um projeto de transmissão de energia estimado em R\$ 17 bilhões, que deverá se tornar a segunda maior obra de transmissão do País, com foco na redução do desperdício de energia renovável e no aumento da capacidade de escoamento da geração do Nordeste, bem como no atendimento à demanda do Sul. O empreendimento, denominado Corredor Expresso Bipolo Nordeste

2, conectará Angicos (RN) a Itaporanga (PR) e utilizará a tecnologia Voltage Source Converter (VSC), inédita no Brasil. Os estudos de viabilidade técnica e econômica estão a cargo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e a expectativa é de que o projeto seja levado a leilão a partir de 2027. O modelo de licitação ainda será avaliado pela ANEEL.



MME abre consulta pública sobre verificador independente na distribuição de energia elétrica

O Ministério de Minas e Energia (MME) abriu, em 20 de março de 2026, a Consulta Pública nº 219/2026, voltada à Análise de Impacto Regulatório (AIR) que avalia a implementação do Verificador Independente nas concessões e permissões de distribuição de energia elétrica.

As contribuições poderão ser apresentadas até 6 de abril de 2026. A iniciativa tem como objetivo aprimorar a governança regulatória do setor elétrico, com foco no aumento da transparência e na confiabilidade das informações utilizadas para a avaliação do desempenho das distribuidoras.

A AIR analisa os impactos regulatórios, econômicos e operacionais da medida, bem como benefícios, riscos e alternativas regulatórias, com vistas a subsidiar a decisão do Poder Concedente. A proposta busca reduzir assimetrias de informação e fortalecer os mecanismos de fiscalização e acompanhamento da qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica.

Por meio da consulta pública, o MME pretende ampliar o diálogo com agentes do setor e demais interessados, de modo a qualificar a análise regulatória e eventual regulamentação do tema.

Mais informações [aqui](#).

CNPE inclui o armazenamento hidráulico no planejamento energético

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, em 1 de abril de 2026, resolução que reconhece os Sistemas de Armazenamento Hidráulico (SAH) como instrumento estratégico do planejamento energético nacional, no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A medida estabelece diretrizes para o desenvolvimento e a contratação desses empreendimentos, com o objetivo de aumentar a segurança, a flexibilidade operativa e a confiabilidade do sistema elétrico, especialmente diante da maior participação de fontes renováveis intermitentes.

A resolução prevê a contratação por meio de leilões e mecanismos competitivos, com remuneração associada à disponibilidade de potência e ao desempenho operacional, conferindo previsibilidade aos investimentos. Os requisitos técnicos e regulatórios serão definidos pelo MME, com apoio da ANEEL, do ONS e da EPE.

Mais informações [aqui](#).



Insights TozziniFreire

- Armazenamento: indefinição regulatória pode criar janela de oportunidade para soluções híbridas.
- Transmissão: leilão e projetos estruturantes como o Bipolo Nordeste 2 serão decisivos para destravar renováveis.
- Mercado: leilões recentes mostram estratégia de diversificação de fontes e reforço da segurança do SIN.

Consultas Públicas

Tema	Número	Origem	Objeto da CP	Status	Observações
PRORET	CP 003/2026	ANEEL	Obter subsídios para aprimoramento do Submódulo 6.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET).	1ª fase vigente de 01 de abril a 18 de maio	Abertura da CP decidida em circuito deliberativo (31.03.2026)
Revisão Tarifária Periódica de 2026 (Energisa)	CP 004/2026	ANEEL	Obter subsídios para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica de 2026 da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. – EMR, a vigorar a partir de 22 de junho de 2026.	1ª fase vigente de 01 de abril a 15 de maio	Abertura da CP decidida em circuito deliberativo (31.03.2026)
PRORET	CP 003/2026	ANEEL	Obter subsídios para aprimoramento do Submódulo 6.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET).	1ª fase vigente de 01 de abril a 18 de maio	Abertura da CP decidida em circuito deliberativo (31.03.2026)
Renovação de concessões	043/2025	ANEEL	Renovação das concessões vincendas – AIR sobre regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 (licitações e prorrogações de transmissoras)	Encerrada (11/12/2025 a 10/03/2026)	Manutenção da segurança operativa do SIN e incentivo à realização de investimentos
Comercialização de Energia	031/2025	ANEEL	Aprimoramento das Regras de Comercialização de Energia Elétrica (vigência a partir de jan./2026)	Encerrada (16/10/2025 a 17/11/2025)	Ajustes relevantes na estrutura contratual e alocação de riscos
Comercialização de Energia	038/2025	ANEEL	Regularização para comercializadores de energia	Encerrada	Exigência de garantia financeira equivalente a três meses de receita do CCEAR
Armazenamento e Novas Tecnologias	039/2023	ANEEL	AIR sobre regulamentação do Armazenamento de Energia Elétrica, incluindo Usinas Reversíveis	Aberta (2ª fase em discussão)	Tema estratégico para flexibilidade do sistema e integração de renováveis
Encargos Setoriais / Política Pública	CP 044/2025	ANEEL	Definição do orçamento e das quotas anuais da CDE 2026 (R\$ 52,7 bilhões)	Encerrada (10/12/2025 a 26/01/2026)	Impactos diretos sobre encargos setoriais e tarifas
Encargos Setoriais / Política Pública	032/2025	ANEEL	Lei nº 15.235/2025 – Tarifa Social, CDE e descontos para irrigação e aquicultura	1ª fase encerrada (05/11/2025)	Impacto concentrado no rateio das quotas, sem efeito no orçamento global



Tema	Número	Origem	Objeto da CP	Status	Observações
Renováveis / Curtailment	CP MME 210/2025	MME	Minuta de Termo de Compromisso para compensação por cortes de geração eólica e solar	Encerrada (31/12/2025 a 16/01/2026)	Relevante para mitigação de riscos econômicos do curtailment
Transmissão e Acesso ao Sistema (PNAST)	217/2026	MME	Diretrizes para as Temporadas de Acesso da Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão – PNAST e respectiva AIR (Decreto nº 12.772/2025)	Vigente (02/03/2026 a 31/03/2026)	Tema estrutural para acesso ao SIN e planejamento de projetos de geração e carga
Planejamento Energético	214/2026	MME	Minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2035	Vigente (12/02/2026 a 14/03/2026)	Planejamento setorial de médio prazo
Planejamento Energético	215/2026	MME	Minuta do Relatório Síntese do Plano Nacional de Energia – PNE 2055	Vigente (12/02/2026 a 14/03/2026)	Diretrizes estratégicas de longo prazo para o setor elétrico
Comercialização / Mercado de Curto Prazo	218/2026	MME	Diretrizes para contabilização dupla no MCP e transição para modelo de formação de preço por ofertas de quantidade	Vigente (02/03/2026 a 15/04/2026)	Impactos relevantes na formação de preços e na dinâmica do MCP
Verificador Independente	219/2026	MME	Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) de proposta de diretrizes e regras para a contratação e atuação de Verificador Independente.	Vigente (20/03/2026 até 06/04/2026)	O tema é relevante para concessionárias, permissionárias e investidores, pois pode impactar a fiscalização, a avaliação de desempenho e a governança regulatória.

Tomadas de Subsídios

Tema	Número	Origem	Objeto da CP	Status	Observações
Revisão Periódica de RAP	TS 006/2026	ANEEL	Obter subsídios para a Revisão Periódica da Receita Anual Permitida (RAP) dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica relativos aos empreendimentos licitados cuja data de revisão ocorre em julho de 2026.	Encerrada (31/12/2025 a 16/01/2026)	Vigente (25/03/2026 a 08/05/2026)
Acesso ao Sistema de Transmissão	TS 005/2026	ANEEL	Coletar contribuições e informações visando ao aprimoramento das regras aplicáveis ao acesso ao sistema de transmissão de energia elétrica.	Vigente (02/03/2026 a 31/03/2026)	Vigente (17/03/2026 a 30/04/2026)



Sócios responsáveis pelo boletim

-  Leonardo Miranda
-  Laura Souza

Colaboraram para este boletim:

Raquel Paniz | Advogada Plena
Thiago Rodrigues | Advogado Pleno
Jéssica Mariano | Advogada Júnior
Fernando Loiola | Estagiário

Para mais informações, entre em contato com o nosso time de [Infraestrutura e Energia!](#)